

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2019

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho | Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

15 Páginas

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.



ColorADD

Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO

Diagram showing primary colors (AZUL, AMARELO, VERMELHO) and black/white (BRANCO, PRETO) with mixing instructions.

AZUL AMARELO VERMELHO BRANCO PRETO

$\text{AZUL} + \text{AMARELO} = \text{VERDE}$
 $\text{AMARELO} + \text{VERMELHO} = \text{LARANJA}$
 $\text{VERMELHO} + \text{AZUL} = \text{ROXO}$
 $\text{VERMELHO} + \text{AMARELO} = \text{LARANJA}$
 $\text{AMARELO} + \text{AZUL} = \text{VERDE}$
 $\text{VERMELHO} + \text{BRANCO} = \text{COR DE ROSA}$
 $\text{AMARELO} + \text{BRANCO} = \text{COR DE LARANJA}$
 $\text{AZUL} + \text{BRANCO} = \text{COR DE AZUL}$

Diagram showing secondary colors (AZUL, VERDE, AMARELO, LARANJA, VERMELHO, ROXO, CASTANHO) and metallic tones (BRANCO, PRETO, CINZA CLARO, CINZA ESC., DOURADO, PRATEADO).

AZUL VERDE AMARELO LARANJA VERMELHO ROXO CASTANHO

BRANCO | PRETO | CINZENTOS TONS METALIZADOS

BRANCO PRETO CINZA CLARO CINZA ESC. DOURADO PRATEADO

TONS CLAROS

TONS ESCUROS

Página em branco

GRUPO I

REFORMA PROTESTANTE E CONTRARREFORMA NA EUROPA DO SÉCULO XVI

Documento 1

Destrução de imagens sagradas numa igreja, Nuremberga, xilogravura de 1525-1527



Documento 2

Condenação de Jorge Manuel pelo Tribunal da Inquisição (1543)

Acordam os deputados da Santa Inquisição, satisfazendo ao requerimento do muito Reverendo Padre Frei António, [...] que, vistos estes autos, e como por eles se mostra o réu Jorge Manuel, sendo cristão-novo, depois do perdão geral se apartar* da nossa santa fé católica, tendo e crendo que o Messias não era ainda vindo, e que havia de vir, praticando

5 com pessoas participantes [suspeitas] nos mesmos crimes da Lei de Moisés, mostrando em suas práticas a crença e crédito que lhe tinha, [...] condenam o dito réu por herege, pertinaz, impenitente, e por tal o declaram, e ter incorrido [em] excomunhão maior e em confiscação de seus bens segundo forma da bula da Santa Inquisição, e o relaxam** às justiças seculares a quem pedem com muita eficácia que não procedam a morte nem efusão de sangue.

* separar.

** entregam.

Identificação das fontes

Documento 1 – www.zum.de/Faecher/G/BW/Landeskunde/rhein/geschichte/spaetma/icoclas/bildersturm.htm (consultado em 12/10/2018).

Documento 2 – ANTT, *Ordem de Cristo*, códice 26, fls. 114v.-115r., citado por Isaías da Rosa Pereira, «Notas sobre a Inquisição em Portugal no século XVI», *Lusitania Sacra*, 10 (1978), pp. 293-294. (Texto adaptado)

1. A imagem do documento 1 representa a recusa, pelos Protestantes, dos dogmas e rituais católicos, nomeadamente no que se refere
- (A) à fé e à predestinação divina como fontes de salvação.
 - (B) ao culto da Virgem e dos santos representados em imagens.
 - (C) ao uso de vestuário luxuoso nas cerimónias religiosas.
 - (D) à leitura e interpretação da Bíblia pelos eclesiásticos.
2. No contexto da luta contra a expansão do Protestantismo, o papa Paulo III reorganizou, em 1542, o Tribunal da Inquisição, com o objetivo de
- (A) apoiar a evangelização pelos padres da Companhia de Jesus.
 - (B) promover a cristianização das comunidades ameríndias.
 - (C) reformular os rituais litúrgicos da Igreja Católica.
 - (D) sentenciar todos aqueles que fossem culpados de heresia.
3. Em Portugal, o Tribunal da Inquisição perseguiu, sobretudo, os suspeitos de seguirem a «Lei de Moisés» (documento 2, linha 5), ou seja,
- (A) cristãos-novos que ocultamente continuavam a judaizar.
 - (B) judeus acusados da prática de bigamia.
 - (C) judeus que haviam saído do reino após o édito de 1496.
 - (D) cristãos-velhos que praticavam bruxaria.

GRUPO II

DO ANTIGO REGIME AO LIBERALISMO EM PORTUGAL: RUTURAS SOCIAIS E POLÍTICAS

A mudança proporcionada pela revolução liberal de 1820, segundo Borges Carneiro

O grito da Nação chega ao trono em que está assentado um rei dócil e amigo do povo. Que nova ordem de coisas vem agora apresentar-se à minha imaginação excitada; [...] Augusta representação nacional, tu vais estreitar a união recíproca entre a Nação e o seu rei, e fazer de ambos uma só família que coopere de comum acordo para a felicidade geral. A opinião pública decidiu já a questão. Se convém antes um rei absoluto ou constitucional; um rei despótico ou sujeito às leis; um rei com Cortes ou com lisonjeiros; um rei com varões sábios e amigos do povo ou com malvados, ignorantes e egoístas. Tu formarás, pois, a nossa Constituição, que regule os direitos do Rei e da Nação. [...] A religião de nossos pais será mantida [...] sem mistura, porém, [...] de tantas superstições [...] inventadas para fascinar os espíritos fracos e para enganar o povo sincero em apoio dos interesses de alguns [...]. Não se verão mais fogueiras acendidas e torturas executadas em nome de Jesus Cristo [...].

Debaixo da tua sabedoria a educação do Príncipe sucessor da Coroa, em lugar das inspirações de cortesãos ignorantes e desmoralizados, será confiada a um conselho de anciãos respeitáveis. Um Código simples, acomodado aos nossos desejos e necessidades, fixará os direitos e obrigações dos cidadãos [...]. Uma contribuição geral, proporcionada ao rendimento de cada cidadão, cobrada por um método simples, distribuída sem fraude, chegará para custear os gastos públicos [...]. A educação pública tornará a mocidade virtuosa [...]. O número dos proprietários se multiplicará: o lavrador gozará do fruto do seu trabalho [...].

Abençoi os esforços dos verdadeiros Portugueses que preferem o bem geral da Pátria ao interesse particular de alguns. [...] Viva a Pátria! Viva a Constituição que fizerem as Cortes! Viva a Augusta Dinastia da Casa de Bragança! Viva El-Rei constitucional!

Manuel Borges Carneiro, *Portugal Regenerado em 1820*, Lisboa, Typografia Lacerdina, 1820, pp. 41-47. (Texto adaptado)

1. Apresente dois aspetos que demonstrem a visão crítica de Borges Carneiro quanto à estrutura social do Antigo Regime.

Os dois aspetos devem ser fundamentados com excertos relevantes do documento.

2. A implementação de um «Código simples», que estabeleceu «os direitos e obrigações dos cidadãos» (linhas 14-15), deu origem a um novo modelo sociopolítico, que se caracterizou

(A) pela manutenção dos privilégios sociais tradicionais.

(B) pela igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

(C) pelo carácter universal da participação política.

(D) pelo acesso de todos os cidadãos a honras e mercês.

3. Explícite dois desafios políticos que se colocavam a Portugal em 1820, segundo Borges Carneiro.

Os dois desafios devem ser fundamentados com excertos relevantes do documento.

GRUPO III

ASCENSÃO DOS AUTORITARISMOS E TOTALITARISMOS NA EUROPA ENTRE AS DUAS GUERRAS MUNDIAIS

Documento 1 (conjunto documental)



A – Nomeação de Adolf Hitler como chanceler da Alemanha pelo respetivo presidente.



B – Benito Mussolini na manifestação conhecida como Marcha sobre Roma.



C – Nomeação de António de Oliveira Salazar para ministro das Finanças.



D – Desfile vitorioso de Gomes da Costa e das suas tropas, em Lisboa.

Identificação das fontes

Documento 1 (conjunto documental)

A – <http://memorialdademocracia.com.br/card/hitler-e-o-novo-chanceler-da-alemanha> (consultado em 21/10/2018).

B – www.abc.es/20121030/archivo/abci-mussolini-marcha-roma-201210291646.html (consultado em 03/11/2018).

C – <http://capeiaarraiana.pt/2015/06/03/efemerides-2015-3-de-junho/> (consultado em 16/04/2019).

D – <https://aviagemdosargonautasdotcom.files.wordpress.com/2014/05/imagem122.jpg> (consultado em 16/04/2019).

Documento 2 – António de Oliveira Salazar, *Discursos*, Coimbra, Coimbra Editora, Vol. 4, 1951, pp. 355-365.

Documento 3 – <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04435.552.021#!1> (consultado em 26/10/2018). (Texto adaptado)

Documento 2

Discurso de Oliveira Salazar no Palácio da Bolsa, Porto, janeiro de 1949

Tudo pela Nação, nada contra a Nação – só é uma divisa política na medida em que não for aceite por todos. E de facto não é. [...]

5 A única conclusão possível é que a forma partidária faliu, e de tal modo que apregoá-la como solução para o problema político português não oferece o mínimo de base experimental que permita admiti-la à discussão. Mas pode ir-se mais longe e invocar para contraprova a experiência de mais de vinte anos de política sem partidos, de política nacional simplesmente.

O espírito de partido corrompe ou desvirtua o poder, deforma a visão dos problemas do governo, sacrifica a ordem natural das soluções, sobrepõe-se ao interesse nacional, dificulta, senão impede completamente, a utilização dos valores nacionais para o bem comum. [...]

10 A generalidade dos portugueses não teve nunca tanta liberdade como no atual regime, porque, nos limites em que se concebe, é igual para todos e efetivamente garantida. Assim se compreende que a vida associativa se tenha multiplicado e intensificado e que não se verifiquem entraves visíveis à vida corrente dos portugueses. Simplesmente a associação para a política partidária, as reuniões para a política partidária, a imprensa para a política
15 partidária sofrem limitações, coerentemente com a pretensão de curar o partidarismo doentio que degradava a sociedade portuguesa. Trata-se em verdade de um «regime de cura» e de legítima defesa, em grau que não pode ser considerado superior às necessidades.

Documento 3

Comunicado das Comissões Central e Distritais do Movimento de Unidade Democrática (MUD), maio de 1946

Munida de poderes discricionários e num ambiente de bem organizada e sufocante «ordem» policial, que fez a Situação [o regime político] resultante do «28 de maio»? [...]

No plano político: um partido único (União Nacional) é o instrumento político do Governo. Os organismos políticos e Administrativos (Assembleia Nacional, Câmara Corporativa [...], etc.)
5 executam a vontade da União Nacional, ou seja, a vontade do Governo. Toda a atividade política fora do partido governamental é considerada uma «traição» e um delito, que tem sido punido com a demissão (no caso de funcionários do Estado), prisão, insultos, deportação, etc. O Governo defende-se também por meio de rigorosa censura à Imprensa, fiscalização das manifestações artísticas e culturais, proibição de reuniões, não reconhecimento do direito de
10 associação, polícia de «Defesa do Estado», milícia armada (Legião Portuguesa), organização paramilitar da juventude (Mocidade Portuguesa), autopropaganda constante.

No plano cultural: manutenção no país dum baixíssimo nível de cultura, estrangulamento da iniciativa livre, orientação apologetica da produção intelectual e artística [...], livros escolares com a exaltação da política de força e antidemocrática [...].

1. Ordene cronologicamente as imagens **A**, **B**, **C** e **D** (documento 1), que se reportam à ascensão ao poder de movimentos políticos autoritários e totalitários.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.

2. Os líderes políticos presentes nas imagens **A** e **B** do documento 1 defendiam um Estado

(A) liberal e anticomunista.

(B) autárquico e protecionista.

(C) imperialista e socialista.

(D) parlamentar e corporativo.

3. Identifique o acontecimento político que, na perspetiva de Oliveira Salazar, deu origem a um período «de mais de vinte anos de política sem partidos» (documento 2, linha 6).

4. Explícite dois princípios ideológicos do Estado Novo presentes no documento 2.

Os dois princípios devem ser fundamentados com excertos relevantes do documento.

5. Compare as duas perspetivas sobre o conceito de liberdade durante o Estado Novo, expressas nos documentos 2 e 3, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos dois documentos.

Página em branco

GRUPO IV

PORTUGAL NO CONTEXTO INTERNACIONAL DE MEADOS DO SÉCULO XX AO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DO ISOLAMENTO À COOPERAÇÃO

Documento 1

Manifesto do Movimento Anti-colonialista – MAC (1965)

Na Guiné, Angola e Moçambique, o domínio português impôs-se pela conquista armada. [...]

Portugal, ao considerar essas colónias [...] como fazendo parte da «Nação» portuguesa, procedeu a uma anexação pela força. E a anexação pela força está proibida pelo Direito Internacional. [...]

- 5 O desrespeito do Governo português pelas normas do Direito Internacional e pelos deveres que lhe impõe a Carta das Nações Unidas mostra que a política e a cultura de Portugal são atrasadas. [...]

- 10 A Carta das Nações Unidas consagra o direito dos povos a disporem de si mesmos e afirma como desejável a restauração dos direitos soberanos e do governo próprio para os povos que deles foram privados pela força [...]. Todos os princípios jurídicos do direito às colónias estão, pois, negados e destruídos. Aliás, os nossos povos nunca deram o seu prévio consentimento livre a esses princípios.

São falsos os argumentos inventados por Portugal para fugir às obrigações que lhe são impostas pela Carta das Nações Unidas. [...]

- 15 A «unidade nacional» é [um] argumento falso. Para criar esse mito, os colonialistas portugueses deram às suas colónias o nome de «províncias ultramarinas» e passaram a considerá-las como parte de Portugal. Trata-se de um ato unilateral em manifesta oposição ao princípio de autodeterminação dos povos, estabelecido pela Carta das Nações Unidas, de que Portugal é signatário.

Documento 2

Intervenção da ONU em Timor-Leste, na perspetiva de Sérgio Vieira de Mello (2002)

Na sequência da violência avassaladora despoletada pelo voto maciço a favor da independência, em 30 de agosto de 1999, o povo de Timor-Leste viu a sua pátria completamente arruinada e com poucas escolhas em termos da sua qualidade de vida. [Os timorenses] foram confrontados com a destruição física de grande parte do país, uma

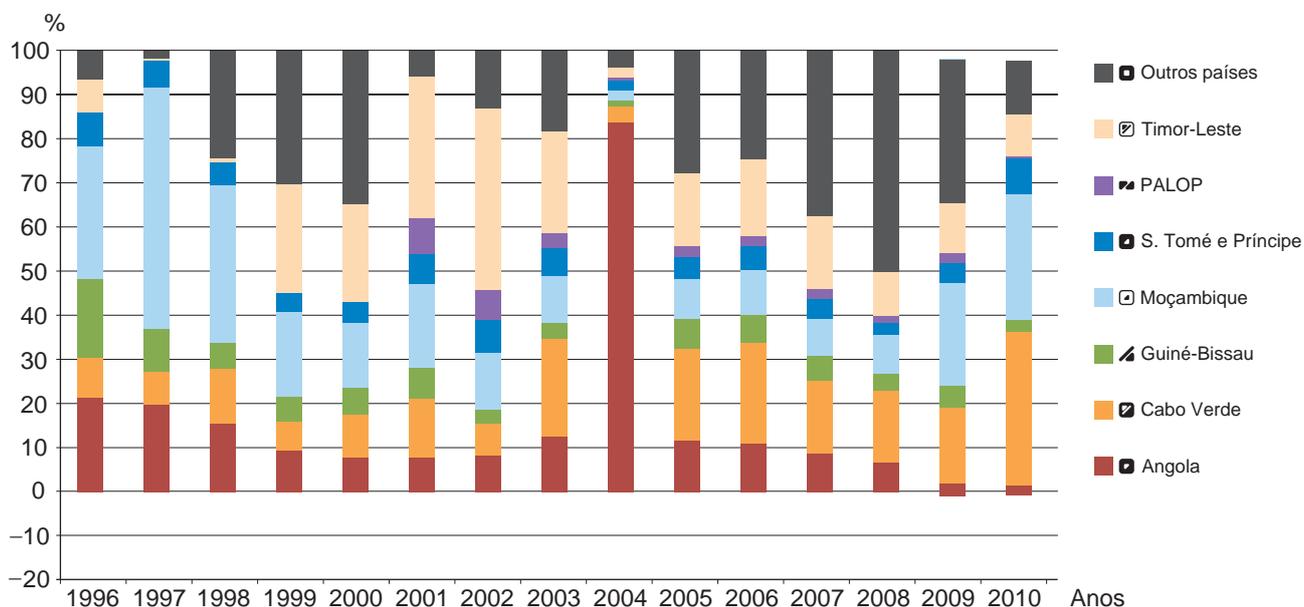
- 5 perda significativa de vidas, violações e assaltos, deslocações maciças da população, o colapso total da economia e a destruição ou remoção da maioria da sua herança cultural e da sua memória institucional. Todas as instituições do Estado entraram em colapso – administrativa e fisicamente. A reconstrução, em todos os domínios, teve de começar literalmente do zero.

10 As Nações Unidas responderam estabelecendo a Administração Transitória das Nações
 Unidas em Timor-Leste (UNTAET), com um mandato de autoridade governamental sem
 precedentes na sua amplitude. À UNTAET foi dada a responsabilidade pela segurança, lei e
 ordem, estabelecimento de uma administração eficaz, desenvolvimento dos serviços sociais,
 fornecimento de ajuda humanitária, apoio à formação de capacidades para um governo
 15 autónomo e assistência na criação de condições para o desenvolvimento sustentável. [...]

Na sequência da nossa tarefa mais imediata – a rápida melhoria da situação, o fim da
 crise humanitária e a estabilização da situação de segurança –, a UNTAET teve de iniciar um
 dos seus desafios mais dispendiosos e mais mal definidos nos seus contornos: estabelecer
 instituições de governo e de administração pública ao mesmo tempo que apoiava a criação
 20 de capacidades de governo próprio e de condições para o desenvolvimento sustentável.

Documento 3

Distribuição geográfica da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (1996-2010)*



* APD – assistência cedida por organismos públicos portugueses a países em desenvolvimento.

Identificação das fontes

Documento 1 – *Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC)*, Edição do Departamento de Informação, Propaganda e Cultura do CC do PAIGC, 1965, pp. 7-9.

Documento 2 – *Relatório do desenvolvimento humano de Timor-Leste*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Díli, 2002, p. iv. (Texto adaptado)

Documento 3 – *Cooperação Portuguesa: Uma leitura dos últimos quinze anos de cooperação para o desenvolvimento*, Lisboa, IPAD, 2011, p. 199.

1. Identifique a lei que, em 1930, consagrou «os princípios jurídicos» (documento 1, linha 10) que regulavam as relações entre Portugal e as colónias.

2. Segundo o Manifesto do Movimento Anti-colonialista (MAC), o governo português não cumpria as suas obrigações perante a ONU e o Direito Internacional quanto à questão colonial (documento 1, linhas 13-14).

Apresente:

- um argumento invocado pelo MAC que permita demonstrar esse incumprimento;
- um argumento que evidencie a nova política do Estado Novo para os territórios coloniais.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes do documento.

3. Associe cada uma das notas biográficas relativas aos movimentos de resistência e libertação colonial, presentes na coluna **A**, à personalidade que lhe corresponde, de entre as que constam na coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e o único número que lhe corresponde.

COLUNA A	COLUNA B
<p>(a) Fundador, em 1956, e líder do movimento para a libertação de Angola (MPLA), país de que viria a tornar-se presidente da República, em 1976.</p>	<p>(1) Amílcar Cabral (2) Agostinho Neto (3) Xanana Gusmão (4) Eduardo Mondlane (5) Jonas Savimbi</p>
<p>(b) Líder do movimento de libertação de Moçambique (FRELIMO), que criou em 1962, e dinamizador da luta armada contra o colonialismo português naquele território.</p>	
<p>(c) Fundador, em 1956, do PAIGC, movimento reconhecido pela ONU, em 1973, como único representante legítimo dos povos da Guiné e de Cabo Verde.</p>	

4. Explícite dois aspetos da intervenção da ONU e de Portugal em Timor-Leste, entre 1999 e 2010.

Um dos aspetos deve ser fundamentado com excertos do documento 2 e o outro aspeto com informação do documento 3.

5. Desenvolva o tema ***A influência do contexto internacional nas opções políticas do Estado português, dos anos 60 do século XX à atualidade***, abordando os tópicos de orientação seguintes:
- pressão internacional face à política colonial portuguesa;
 - prioridades da política externa portuguesa em democracia.

Na sua resposta,

- analise os dois tópicos de orientação, apresentando três elementos para cada tópico;
- relacione os elementos apresentados com o tema;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos documentos de 1 a 3.

FIM

COTAÇÕES

Grupo	Item					Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.			30
	10	10	10			
II	1.	2.	3.			40
	15	10	15			
III	1.	2.	3.	4.	5.	60
	10	10	10	15	15	
IV	1.	2.	3.	4.	5.	70
	10	15	10	15	20	
TOTAL						200

Prova 623
2.ª Fase
VERSÃO 1

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | 2.ª Fase | Ensino Secundário | 2019

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho | Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Critérios de Classificação

15 Páginas

CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

A ausência de indicação inequívoca da versão da prova implica a classificação com zero pontos das respostas aos itens de seleção.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

Em caso de omissão ou de engano na identificação de uma resposta, esta pode ser classificada se for possível identificar inequivocamente o item a que diz respeito.

Se for apresentada mais do que uma resposta ao mesmo item, só é classificada a resposta que surgir em primeiro lugar.

ITENS DE SELEÇÃO

Nos itens de seleção, a cotação do item só é atribuída às respostas integralmente corretas e completas. Todas as outras respostas são classificadas com zero pontos.

Nas respostas aos itens de seleção, a transcrição do texto da opção escolhida é considerada equivalente à indicação da letra ou do número correspondente.

ITENS DE CONSTRUÇÃO

Nos itens de resposta curta, são atribuídas pontuações às respostas total ou parcialmente corretas, de acordo com os critérios específicos.

A classificação das respostas aos itens de resposta restrita e de resposta extensa que envolvam a produção de um texto tem em conta os tópicos de resposta apresentados, a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

Nos itens de resposta restrita e de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados por níveis de desempenho ou por parâmetros. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Se permanecerem dúvidas quanto ao nível a atribuir, deve optar-se pelo nível mais elevado de entre os dois tidos em consideração. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho é classificada com zero pontos.

No item de resposta extensa, os critérios de classificação apresentam-se organizados de acordo com os parâmetros seguintes: (A) Identificação e Explicação, (B) Articulação temática e Organização e (C) Integração dos documentos. Cada parâmetro encontra-se organizado por níveis de desempenho. A cada nível de desempenho corresponde uma dada pontuação. Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro (A) Identificação e Explicação é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros. A classificação a atribuir à resposta resulta da soma das pontuações atribuídas aos diferentes parâmetros.

As respostas que não apresentem exatamente os mesmos termos ou expressões constantes nos critérios específicos são classificadas em igualdade de circunstâncias com aquelas que os apresentem, desde que o seu conteúdo seja cientificamente válido, adequado ao solicitado e enquadrado pelos documentos curriculares de referência.

Caso as respostas contenham elementos contraditórios, apenas são considerados para efeitos de classificação os aspetos que não apresentem esses elementos.

As respostas aos itens de resposta restrita que apresentem erros científicos graves, como a total descontextualização do tempo histórico, são classificadas com zero pontos. No caso das respostas ao item de resposta extensa que apresentem esses erros científicos graves, o tópico de referência aos quais esses erros estejam associados não é considerado para efeitos de classificação.

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE CLASSIFICAÇÃO

GRUPO I

ITENS	VERSÃO 1	VERSÃO 2	PONTUAÇÃO
1.	(B)	(D)	10
2.	(D)	(A)	10
3.	(A)	(C)	10

GRUPO II

1. 15 pontos

Tópicos de resposta:

- existência de uma estrutura social fortemente hierarquizada (OU uma rígida estratificação social), com grupos privilegiados, em que prevalecia o «interesse particular de alguns» OU «interesses de alguns»;
- estatuto privilegiado da nobreza, cuja posição social era determinada pelo nascimento, sendo os nobres caracterizados como «lisonjeiros», «malvados, ignorantes e egoístas»;
- incompetência da nobreza ligada a cargos superiores na administração do Estado OU na corte, como conselheiros do rei: os «cortesãos ignorantes e desmoralizados»;
- afirmação do clero como ordem privilegiada e intermediária entre as outras ordens sociais e Deus, e que recorria a «tantas superstições [...] inventadas para fascinar os espíritos fracos e enganar o povo sincero»;
- controlo social e das mentalidades exercido pelo clero através do Tribunal da Inquisição, com recurso a «fogueiras acendidas e torturas executadas em nome de Jesus Cristo»;

- concentração da propriedade nas ordens sociais privilegiadas OU elevadas exações senhoriais impostas aos camponeses, colocando entraves excessivos à produção agrícola: «O número dos proprietários se multiplicará: o lavrador gozará do fruto do seu trabalho»;
- sobrecarga de impostos e taxas que recaía sobre o povo (OU Terceiro Estado), impedindo-o de gozar «do fruto do seu trabalho».

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:

A – Conteúdos 8 pontos
 B – Documentos 4 pontos
 C – Comunicação 3 pontos

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	• Apresenta, de forma completa, dois aspetos que demonstram a visão crítica de Borges Carneiro quanto à estrutura social do Antigo Regime.	8
	3	• Apresenta, de forma completa, um dos aspetos solicitados e, de forma incompleta, um outro aspeto.	6
	2	• Apresenta, de forma completa, um dos aspetos solicitados. OU • Apresenta, de forma incompleta, dois aspetos solicitados.	4
	1	• Apresenta, de forma incompleta, um dos aspetos solicitados. OU • Identifica apenas aspetos gerais da estrutura social do Antigo Regime.	2
B – Documentos	2	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar os dois aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais.	4
	1	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar um dos aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. OU • Integra, com falhas, excertos relevantes do documento para fundamentar os dois aspetos solicitados.	2
C – Comunicação	2	• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza.	3
	1	• Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza.	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

2. Versão 1 – **(B)**; Versão 2 – **(D)** **10 pontos**

3. **15 pontos**

Tópicos de resposta:

- construir um regime liberal assente numa monarquia constitucional («Viva El-Rei constitucional!») OU imposição ao Rei de uma Constituição («um rei [...] sujeito às leis»);
- elaborar uma Constituição que assegure a separação de poderes OU os direitos e obrigações dos cidadãos: «Um Código simples, acomodado aos nossos desejos e necessidades, fixará os direitos e obrigações dos cidadãos» OU «Tu formarás, pois, a nossa Constituição, que regule os direitos do Rei e da Nação» OU «Viva a Constituição que fizerem as Cortes!»;
- implementar o princípio da soberania da nação, ao qual o rei se deve submeter: «Tu formarás, pois, a nossa Constituição, que regule os direitos do Rei e da Nação»;

- implementar o princípio da igualdade jurídica, expressa, por exemplo, na universalidade e proporcionalidade dos impostos: «Uma contribuição geral, proporcionada ao rendimento de cada cidadão, cobrada por um método simples, distribuída sem fraude, chegará para custear os gastos públicos»;
- governar para o progresso e o bem comum, em detrimento das prerrogativas dos grupos privilegiados: «uma só família que coopere de comum acordo para a felicidade geral» OU «Abençoai os esforços dos verdadeiros Portugueses que preferem o bem geral da Pátria ao interesse particular de alguns»;
- reduzir o poder do clero, nomeadamente através da extinção da Inquisição («Não se verão mais fogueiras acendidas e torturas executadas em nome de Jesus Cristo»), mantendo o catolicismo como religião oficial: «A religião de nossos pais será mantida»;
- implementar a instrução pública, com a instituição da liberdade de ensino: «A educação pública tornará a mocidade virtuosa».

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
A – Conteúdos			8 pontos
B – Documentos			4 pontos
C – Comunicação			3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	<ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma completa, dois desafios políticos que se colocavam a Portugal em 1820, segundo Borges Carneiro. 	8
	3	<ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma completa, um dos desafios solicitados e, de forma incompleta, um outro desafio. 	6
	2	<ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma completa, um dos desafios solicitados. <p style="text-align: center;">OU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma incompleta, dois desafios solicitados. 	4
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Explícita, de forma incompleta, um dos desafios solicitados. <p style="text-align: center;">OU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identifica apenas aspetos gerais dos desafios políticos que se colocavam a Portugal em 1820, segundo Borges Carneiro. 	2
B – Documentos	2	<ul style="list-style-type: none"> • Integra excertos relevantes do documento para fundamentar os dois desafios solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. 	4
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Integra excertos relevantes do documento para fundamentar um dos desafios solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. <p style="text-align: center;">OU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integra, com falhas, excertos relevantes do documento para fundamentar os dois desafios solicitados. 	2
C – Comunicação	2	<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza. 	3
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza. 	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

GRUPO III

1. 10 pontos

Versão 1: (B); (D); (C); (A)

Versão 2: (A); (D); (B); (C)

2. Versão 1 – (B); Versão 2 – (D) 10 pontos

3. 10 pontos

Golpe de Estado de 28 de maio de 1926 OU 28 de maio de 1926 OU Golpe Militar de 1926 (OU designação equivalente).

4. 15 pontos

Tópicos de resposta:

- exaltação nacionalista (OU nacionalismo), através da afirmação do orgulho coletivo OU afirmação da Nação como um todo orgânico cujos interesses se sobrepõem aos interesses individuais: «utilização dos valores nacionais para o bem comum» OU «política nacional simplesmente» OU «Tudo pela Nação, nada contra a Nação»;
- antipartidarismo OU defesa de um partido único OU repúdio do liberalismo OU antiparlamentarismo, sendo os partidos entendidos como elemento desagregador da unidade nacional: «a forma partidária faliu» OU «O espírito de partido corrompe ou desvirtua o poder» (OU «sobrepõe-se ao interesse nacional») OU «pretensão de curar o partidarismo doentio que degradava a sociedade portuguesa»;
- autoritarismo OU defesa de um Estado forte e autoritário, obrigando à submissão dos interesses individuais ao interesse geral: «a associação para a política partidária, as reuniões para a política partidária, a imprensa para a política partidária sofrem limitações» OU «Trata-se em verdade de um “regime de cura” e de legítima defesa, em grau que não pode ser considerado superior às necessidades»;
- associativismo subordinado ao Estado (OU corporativismo) com o objetivo de reforçar a unidade nacional OU ultrapassar os conflitos e os interesses individuais, permitindo «que a vida associativa se tenha multiplicado e intensificado».

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
A – Conteúdos			8 pontos
B – Documentos			4 pontos
C – Comunicação			3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	• Explícita, de forma completa, dois princípios ideológicos do Estado Novo presentes no documento 2.	8
	3	• Explícita, de forma completa, um dos princípios solicitados e, de forma incompleta, um outro princípio.	6
	2	• Explícita, de forma completa, um dos princípios solicitados. OU • Explícita, de forma incompleta, dois princípios solicitados.	4
	1	• Explícita, de forma incompleta, apenas um princípio solicitado. OU • Identifica apenas aspetos gerais dos princípios ideológicos do Estado Novo.	2
B – Documentos	2	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar os dois princípios solicitados, podendo apresentar falhas pontuais.	4
	1	• Integra excertos relevantes do documento para fundamentar um dos princípios solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. OU • Integra, com falhas, excertos relevantes do documento para fundamentar os dois princípios solicitados.	2
C – Comunicação	2	• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza.	3
	1	• Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza.	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

5. **15 pontos**

Tópicos de resposta:

[Liberdade política]

- enquanto no **documento 2** – perspetiva de Salazar – se recusa um modelo governativo assente no pluripartidarismo e no parlamentarismo («a forma partidária faliu» OU «o partidarismo doentio» OU «O espírito de partido [...] sobrepõe-se ao interesse nacional»), justificado com o superior interesse da Nação («vinte anos de política sem partidos, de política nacional simplesmente»), no **documento 3** – perspetiva do MUD – critica-se a ausência de liberdade política, devido ao regime de «partido único (União Nacional)», sendo este somente um «instrumento político do Governo» (OU «a atividade política fora do partido governamental é considerada uma “traição” e um delito»);

[Liberdade de expressão]

- enquanto no **documento 2** se defende como imperativa a limitação da liberdade de expressão, nomeadamente de imprensa, como forma de conter o carácter nefasto da crítica política («a imprensa para a política partidária [sofre] limitações»), no **documento 3** critica-se a ausência de liberdade de expressão, já que o governo assumiu o seu carácter antidemocrático através de mecanismos de vigilância e repressão (censura OU polícia política), impondo uma «rigorosa censura à Imprensa» e a «fiscalização das manifestações artísticas e culturais»;

[Liberdade de associação]

- enquanto no **documento 2** se evidencia a corporativização da vida nacional, através da regulação da liberdade de associação OU com a criação de organismos nos quais trabalhadores e patrões se harmonizavam, tendo em vista o bem comum OU recusa da livre associação não enquadrada pelo Estado: «Simplesmente a associação para a política partidária, as reuniões para a política partidária, a imprensa para a política partidária sofrem limitações» OU «Assim se compreende que a vida associativa se tenha multiplicado e intensificado», no **documento 3** critica-se a «proibição de reuniões» e o «não reconhecimento do direito de associação», nomeadamente sindical, e a existência de organizações instituídas pelo regime para enquadrar as massas OU garantir o controlo e a vigilância da sociedade;

[Liberdade individual]

- enquanto no **documento 2** se defende um regime que impõe a supremacia do Estado sobre o indivíduo OU o bem nacional sobre os interesses individuais, argumentando-se com a «experiência de mais de vinte anos de política sem partidos, de política nacional simplesmente» OU «utilização dos valores nacionais para o bem comum», no **documento 3** identificam-se os aparelhos repressivos do Estado, denunciando-se a «bem organizada e sufocante “ordem” policial» (OU «estrangulamento da iniciativa livre») OU a existência de organizações instituídas pelo regime para o enquadramento das massas (OU para garantir o controlo da sociedade), pela vigilância e pela doutrinação: «policia de “Defesa do Estado”, milícia armada (Legião Portuguesa), organização paramilitar da juventude (Mocidade Portuguesa)».

Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
4	<ul style="list-style-type: none">• Compara, de forma completa, as duas perspetivas sobre o conceito de liberdade durante o Estado Novo quanto a dois aspetos em que se opõem.• Integra, de forma pertinente, informação dos documentos, podendo apresentar falhas pontuais.• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais.	15
3	<ul style="list-style-type: none">• Compara, de forma completa, as duas perspetivas sobre o conceito de liberdade durante o Estado Novo quanto a um aspeto em que se opõem e, de forma incompleta, quanto a um outro aspeto.• Integra, de forma pertinente, informação dos documentos, podendo apresentar falhas pontuais.• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais.	11
2	<ul style="list-style-type: none">• Compara, de forma completa, as duas perspetivas sobre o conceito de liberdade durante o Estado Novo quanto a um aspeto em que se opõem OU compara, de forma incompleta, as duas perspetivas quanto a dois aspetos em que se opõem.• Integra, de forma pertinente, informação dos documentos, podendo apresentar falhas pontuais.• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina, podendo apresentar imprecisões pontuais.	7
1	<ul style="list-style-type: none">• Compara, de forma incompleta, as duas perspetivas sobre o conceito de liberdade durante o Estado Novo quanto a um aspeto em que se opõem OU identifica apenas aspetos gerais das duas perspetivas sobre o conceito de liberdade durante o Estado Novo, independentemente da forma como integra os documentos e utiliza a terminologia específica da disciplina.	3

GRUPO IV

1. 10 pontos
Ato Colonial.

2. 15 pontos

Tópicos de resposta:

Argumentos invocados pelo MAC que permitem demonstrar esse incumprimento

- a guerra colonial como expressão da persistência e continuidade do colonialismo português em África: «o domínio português impôs-se pela conquista armada» (OU «anexação pela força») OU «os nossos povos nunca deram o seu prévio consentimento livre»;
- persistência da ideia de integridade do território português, evocada pelo Estado Novo, que considerava as colónias «como fazendo parte da “Nação” portuguesa»;
- manutenção do colonialismo português num contexto internacional de descolonização: «a política e a cultura de Portugal são atrasadas»;
- desrespeito pela Carta das Nações Unidas, que estabelece o princípio da autodeterminação dos povos: «que consagra o direito dos povos a disporem de si mesmos» OU «afirma como desejável a restauração dos direitos soberanos e do governo próprio para os povos que deles foram privados pela força».

Argumentos que evidenciam a nova política do Estado Novo para os territórios coloniais

- revogação do Ato Colonial e estabelecimento de uma nova nomenclatura jurídica que assume as colónias como províncias ultramarinas: «os colonialistas portugueses deram às suas colónias o nome de “províncias ultramarinas” e passaram a considerá-las como parte de Portugal»;
- defesa do conceito de integridade do território nacional, considerando as províncias ultramarinas «como fazendo parte da “Nação” portuguesa» OU «parte de Portugal» (OU defesa da «unidade nacional»).

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
A – Conteúdos			8 pontos
B – Documentos			4 pontos
C – Comunicação			3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma completa, um argumento invocado pelo MAC que permite demonstrar esse incumprimento e um argumento que evidencia a nova política do Estado Novo para os territórios coloniais. 	8
	3	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma completa, um dos argumentos solicitados e, de forma incompleta, o outro argumento solicitado. 	6
	2	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma completa, um dos argumentos solicitados. <p style="text-align: center;">OU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma incompleta, os dois argumentos solicitados 	4
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta, de forma incompleta, um dos argumentos solicitados. <p style="text-align: center;">OU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identifica apenas aspetos gerais dos argumentos solicitados. 	2
B – Documentos	2	<ul style="list-style-type: none"> • Integra excertos relevantes do documento para fundamentar os dois argumentos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. 	4
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Integra excertos relevantes do documento para fundamentar um dos argumentos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. <p style="text-align: center;">OU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integra, com falhas, excertos relevantes do documento para fundamentar os dois argumentos solicitados. 	2
C – Comunicação	2	<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza. 	3
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza. 	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

3. **10 pontos**

Versão 1: (a) → (2) (b) → (4) (c) → (1)

Versão 2: (a) → (5) (b) → (1) (c) → (3)

4. **15 pontos**

Tópicos de resposta:

[Intervenção da ONU em Timor-Leste – documento 2]

- mediação da ONU no processo de negociações diretas entre Portugal e a Indonésia com vista à resolução do problema timorense OU à aprovação da realização de um referendo: «voto maciço a favor da independência, em 30 de agosto de 1999»;
- vitória da causa independentista de Timor-Leste no referendo promovido pela ONU (OU UNAMET): «Na sequência da violência avassaladora despoletada pelo voto maciço a favor da independência, em 30 de agosto de 1999, o povo de Timor-Leste viu a sua pátria completamente arruinada»;

- estabelecimento da UNTAET (OU administração transitória) em Timor-Leste, com responsabilidades ao nível governativo para «apoio à formação de capacidades para um governo autónomo» OU com «responsabilidade pela segurança, lei e ordem, estabelecimento de uma administração eficaz» OU «As Nações Unidas responderam estabelecendo a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), com um mandato de autoridade governamental sem precedentes na sua amplitude»;
- reconhecimento da independência de Timor-Leste em 2002, resultante da ação da UNTAET, que «apoiava a criação de capacidades de governo próprio e de condições para o desenvolvimento sustentável»;
- crise político-militar em Timor-Leste, em 2006, levando a novo envio de uma missão de paz da ONU, a UNMIT, que se prolongaria até 2012.

[Intervenção de Portugal em Timor-Leste – documento 3]

- apoio português em paralelo com o processo de luta pela independência de Timor-Leste, visível no gráfico sobretudo a partir de 1999;
- aumento significativo, entre 2001 e 2002, da assistência portuguesa a Timor-Leste promovida pela APAD, no contexto da reconstrução do país após a independência do território;
- regularidade da assistência a Timor-Leste até 2010, em cerca de 10 a 15% ao ano do total da ajuda pública prestada a diversos países.

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes:			
		A – Conteúdos	8 pontos
		B – Documentos	4 pontos
		C – Comunicação	3 pontos
Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação
A – Conteúdos	4	• Explícita, de forma completa, dois aspetos da intervenção da ONU e de Portugal em Timor-Leste, entre 1999 e 2010.	8
	3	• Explícita, de forma completa, um aspeto solicitado e, de forma incompleta, um outro aspeto.	6
	2	• Explícita, de forma completa, um aspeto solicitado. OU • Explícita, de forma incompleta, dois aspetos solicitados.	4
	1	• Explícita, de forma incompleta, um aspeto solicitado. OU • Identifica apenas aspetos gerais da intervenção da ONU e de Portugal em Timor-Leste, entre 1999 e 2010.	2
B – Documentos	2	• Integra excertos relevantes do documento 2 e informação do documento 3 para fundamentar os dois aspetos, podendo apresentar falhas pontuais.	4
	1	• Integra informação ou excertos relevantes de um dos documentos para fundamentar um ou dois dos aspetos solicitados, podendo apresentar falhas pontuais. OU • Integra, com falhas, informação ou excertos relevantes dos dois documentos para fundamentar os dois aspetos solicitados.	2
C – Comunicação	2	• Utiliza, de forma globalmente adequada, a terminologia específica da disciplina. • Apresenta um discurso globalmente articulado, podendo apresentar falhas que não comprometem a sua clareza.	3
	1	• Utiliza a terminologia específica da disciplina com imprecisões. • Apresenta um discurso com falhas que comprometem parcialmente a sua clareza.	1

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Conteúdos é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

Parâmetro A – Identificação e Explicação**1.º Tópico de orientação****Pressão internacional face à política colonial portuguesa**

Na resposta, podem ser explorados os elementos seguintes:

- reafirmação de Portugal como um país pluricontinental, constituído pela Metrópole e pelas Províncias Ultramarinas, na sequência da revisão constitucional OU da revogação do Ato Colonial;
- reivindicação do direito à independência por parte dos movimentos de libertação dos povos das colónias africanas;
- condenação da política colonial portuguesa pela ONU, devido ao desrespeito pelos princípios da Carta das Nações Unidas OU da Resolução 1514, que defendiam o princípio da autodeterminação dos povos;
- recurso à luta armada, protagonizada em Angola, em Moçambique e na Guiné por movimentos independentistas;
- reforço do isolamento internacional de Portugal com o início da guerra colonial, em Angola, em 1961;
- pressão diplomática sobre Portugal, protagonizada pelas duas superpotências, EUA e URSS, no contexto da Guerra Fria;
- apoio da Santa Sé (OU do papa OU da Igreja) aos movimentos de libertação das colónias portuguesas OU recepção dos respetivos líderes pelo papa Paulo VI, no âmbito da manutenção da guerra colonial no período do marcelismo;
- agravamento do isolamento internacional de Portugal, com as persistentes condenações da política colonial portuguesa na Assembleia Geral das Nações Unidas OU reconhecimento pela ONU da independência da Guiné-Bissau, proclamada de forma unilateral.

2.º Tópico de orientação**Prioridades da política externa portuguesa em democracia**

Na resposta, podem ser explorados os elementos seguintes:

- alteração da política colonial com a revolução de 25 de Abril, através do reconhecimento do direito dos povos das colónias à autodeterminação;
- estabelecimento de um calendário de negociações após o 25 de Abril para a independência das colónias africanas;
- opção pela integração na Comunidade Económica Europeia (1986) e participação ativa no processo de aprofundamento da integração económica, social e política da União Europeia;
- participação em organismos internacionais, com o envolvimento direto de Portugal em missões no âmbito das questões transnacionais;
- processo de abertura de negociações com a China para a transferência da soberania de Macau, concretizada em 1999;
- estreitamento de relações diplomáticas entre Portugal e as suas ex-colónias, reforçando-se os laços históricos e culturais OU concretização de uma política de cooperação, com vantagens mútuas, em diferentes domínios;
- cooperação de Portugal com os PALOP e com Timor-Leste em diferentes áreas, nomeadamente no plano económico (OU na saúde OU na construção de infra-estruturas OU na formação de recursos humanos);
- criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OU CPLP) para reforçar a cooperação entre os Estados-Membros e reforçar a lusofonia;
- envolvimento de Portugal no processo de independência de Timor-Leste, em articulação com a ONU;
- reforço da diplomacia económica orientada para a captação de investimentos e para a diversificação de mercados (exemplo: Golfo Pérsico OU China OU Angola);
- afirmação do papel de Portugal como mediador entre a Europa e os espaços da lusofonia OU da Comunidade Ibero-Americana.

Parâmetro B – Articulação temática e Organização

A resposta evidencia a relação dos elementos apresentados com o tema ***A influência do contexto internacional nas opções políticas do Estado português, dos anos 60 do século XX à atualidade***, analisando o modo como a política colonial portuguesa e as prioridades da política externa em democracia foram condicionadas pelo respetivo contexto internacional.

Para cada tópico de orientação, pode explorar, pelo menos, uma das seguintes linhas de análise, ou outras consideradas relevantes:

Pressão internacional face à política colonial portuguesa

- relação entre o isolamento político de Portugal e a condenação internacional face ao incumprimento da Carta das Nações Unidas e das resoluções da ONU;
- relação entre a manutenção da guerra colonial e a intensificação da crítica internacional à política colonial portuguesa.

Prioridades da política externa portuguesa em democracia

- relação entre a democratização do regime português e o reforço da participação de Portugal em missões e organizações de âmbito transnacional;
- relação entre o desenvolvimento das ex-colónias e o investimento português no quadro de programas de cooperação bilateral.

Parâmetro C – Integração dos documentos

A resposta evidencia a mobilização da informação dos documentos de 1 a 3 para sustentar as linhas orientadoras do tema, que constam nos parâmetros A e B. Podem ser exploradas as linhas de leitura apresentadas abaixo (ou outras possíveis).

Documento 1	<ul style="list-style-type: none">– reafirmação de Portugal como um país pluricontinental, constituído por Metrópole e Províncias Ultramarinas: «os colonialistas portugueses deram às suas colónias o nome de “províncias ultramarinas”»;– manutenção do colonialismo português pela força das armas: «Na Guiné, Angola e Moçambique, o domínio português impôs-se pela conquista armada»;– consagração do princípio da autodeterminação dos povos pela ONU: «A Carta das Nações Unidas consagra o direito dos povos a disporem de si mesmos»;– incumprimento, por parte de Portugal, dos princípios da Carta das Nações Unidas: «O desrespeito do Governo português pelas normas do Direito Internacional e pelos deveres que lhe impõe a Carta das Nações Unidas» OU «Trata-se de um ato unilateral em manifesta oposição ao princípio de autodeterminação dos povos, estabelecido pela Carta das Nações Unidas».	1.º Tópico de orientação
Documento 2	<ul style="list-style-type: none">– envolvimento de Portugal nos esforços da UNTAET para a reconstrução de Timor-Leste: «À UNTAET foi dada a responsabilidade pela segurança, lei e ordem, estabelecimento de uma administração eficaz, desenvolvimento dos serviços sociais, fornecimento de ajuda humanitária, apoio à formação de capacidades para um governo autónomo e assistência na criação de condições para o desenvolvimento sustentável»;– colaboração com as estruturas da ONU e com as forças políticas timorenses para a viabilização de um Estado independente: «estabelecer instituições de governo e de administração pública ao mesmo tempo que apoiava a criação de capacidades de governo próprio e de condições para o desenvolvimento sustentável.»	2.º Tópico de orientação
Documento 3	<ul style="list-style-type: none">– até 1998, a maioria da ajuda pública ao desenvolvimento era direcionada para os PALOP;– a partir de 1999, Timor-Leste torna-se o principal destinatário da ajuda bilateral portuguesa;– os PALOP e Timor-Leste como espaços de intervenção privilegiada na sequência de um passado histórico comum;– acompanhamento, por parte da APD, do processo gradual de independência de Timor-Leste, em 1999 (massacre no Cemitério de Santa Cruz), 2002 (independência) e anos subsequentes;– envolvimento direto de Portugal em missões no âmbito das questões transnacionais: a APD inclui outros países, além dos PALOP e de Timor-Leste.	2.º Tópico de orientação

A classificação final da resposta resulta da soma das pontuações atribuídas em cada um dos parâmetros seguintes.

Compreensão histórica:

A – Identificação e Explicação 8 pontos

B – Articulação temática e Organização 6 pontos

C – Integração dos documentos 6 pontos

Parâmetros	Níveis	Descritores de desempenho	Pontuação	
Compreensão histórica	A – Identificação e Explicação	3	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta e explica, de forma completa, 6 ou 5 elementos, distribuídos equilibradamente pelos dois tópicos de orientação. • Utiliza, de modo adequado, a terminologia específica da disciplina, podendo, no entanto, apresentar algumas imprecisões. 	8
		2	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta e explica, de forma completa, 4 ou 3 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação, podendo apresentar outros de forma incompleta e/ou com imprecisões OU apresenta e explica, de forma completa, 2 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação e, de forma incompleta e/ou com imprecisões, pelo menos outros 2 elementos, distribuídos pelos dois tópicos de orientação. • Utiliza, de modo adequado, a terminologia específica da disciplina, podendo, no entanto, apresentar algumas imprecisões. 	5
		1	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta e explica, de forma completa, 3 elementos de um dos tópicos de orientação OU apresenta e explica, de forma completa, apenas 2 ou 1 elementos do conjunto dos tópicos de orientação. • Utiliza a terminologia específica da disciplina, apresentando algumas imprecisões e omissões. <p style="text-align: center;">OU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identifica apenas elementos referentes aos dois tópicos de orientação, utilizando a terminologia específica da disciplina com imprecisões. 	3
	B – Articulação temática e Organização	3	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve o tema proposto, mostrando, de forma pertinente e clara, o modo como a política colonial portuguesa e as prioridades da política externa em democracia foram condicionadas pelo respetivo contexto internacional. • Organiza os conteúdos de forma coerente. 	6
		2	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve o tema proposto, mostrando, de forma pertinente, embora nem sempre clara, o modo como a política colonial portuguesa e as prioridades da política externa em democracia foram condicionadas pelo respetivo contexto internacional. • Organiza os conteúdos com algumas falhas de coerência. 	4
		1	<ul style="list-style-type: none"> • Refere-se ao tema proposto de forma superficial, aludindo de forma vaga ao modo como a política colonial portuguesa e as prioridades da política externa em democracia foram condicionadas pelo respetivo contexto internacional. • Organiza os conteúdos com algumas falhas de coerência. 	2
C – Integração dos documentos	3	<ul style="list-style-type: none"> • Integra, de forma pertinente, informação relevante contida nos três documentos para fundamentar a análise apresentada. 	6	
	2	<ul style="list-style-type: none"> • Integra, de forma pertinente, embora com algumas falhas, informação relevante contida em, pelo menos, dois documentos para fundamentar a análise apresentada. <p style="text-align: center;">OU</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integra, de forma pertinente, informação relevante contida em apenas um documento para fundamentar a análise apresentada. 	4	
	1	<ul style="list-style-type: none"> • Integra, com falhas e de forma pouco pertinente, informação contida em, pelo menos, um documento para fundamentar a análise apresentada. 	2	

Nota – Qualquer resposta que não atinja o nível 1 de desempenho no parâmetro **(A)** Identificação e Explicação é classificada com zero pontos nos restantes parâmetros.

COTAÇÕES

Grupo	Item					Cotação (em pontos)
	Cotação (em pontos)					
I	1.	2.	3.			
	10	10	10			30
II	1.	2.	3.			
	15	10	15			40
III	1.	2.	3.	4.	5.	
	10	10	10	15	15	60
IV	1.	2.	3.	4.	5.	
	10	15	10	15	20	70
TOTAL						200

VERSÃO DE TRABALHO